

O RETROCESSO EMPURRA A PORTA: A LITERATURA INFANTIL E O PROGRAMA *CONTA PRA MIM*

THE BACKWARD KNOCKS THE DOOR: CHILDREN'S LITERATURE AND THE GOVERNAMENTAL BRAZILIAN PROGRAM *CONTA PRA MIM*

Mariana Passos Ramalhete¹

RESUMO: Este trabalho problematiza o tratamento dispensado à literatura infantil no programa *Conta pra mim*, instituído pelo governo federal em 2020. A partir da análise de documentos desse programa, revela como a atual perspectiva oficial para a alfabetização nega a oferta de literatura infantil e suprime o acúmulo de conhecimentos historicamente elaborados sobre alfabetização, sobre educação literária e sobre literatura infantil. Discute como a defesa da educação familiar, em um contexto de crescimento do conservadorismo, relativiza o direito à educação básica. Afirma que a convivência social e a educação literária desaguam também no contexto da educação escolar, locus que se sustenta não pelo afastamento e enclausuramento das famílias, mas, ao contrário, se ampara também na pluralidade delas e no diálogo com suas respectivas demandas. Conclui que a proposta de leitura para as crianças, nos moldes literacia familiar apresentados, nega o acesso à arte e está confinada a finalidades utilitaristas, imediatistas, moralizadoras, que não contribuem com transformação da sociedade, mas com a sua reprodução.

Palavras-chave: Literatura infantil; política educacional; PNA. *Conta pra mim*.

ABSTRACT: This work problematizes the exempt treatment of children's literature in *Conta pra mim* program, instituted by the Brazilian federal government in 2020. From the analysis of documents of this program, as a revelation, the current official perspective for literacy denies the supply of children's literature and suppresses the knowledge historically accumulated elaborated about literacy, literary education and children's literature. It discusses how the defense of family education, in a context of growing social conservatism, puts the right to basic education into perspective. It affirms that social coexistence and literary education also flow into the context of school education, a locus that is sustained not by the removal and confinement of families, but, on the contrary, it is also supported by their plurality and in dialogue with their respective demands. It concludes the reading proposal for children, along the lines of family literacy, denies access to art and is confined to utilitarian, immediatist, moralizing purposes, which do not contribute to the transformation of society, but to its reproduction.

Keywords: Children literature; educational politics; PNA. *Conta pra Mim*.

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo-UFES. Professora de Língua Portuguesa no Ifés-Campus Venda Nova do Imigrante.

Considerações iniciais

A literatura para crianças e jovens tem sua expansão como gênero literário vinculado à mudança na concepção de infância, que passa a ser vista como um período da existência com características peculiares, que demanda cuidados e atendimento particularizado. Na Europa, essa transformação pode ser observada a partir do século XVIII e, no Brasil, no século XX, acompanhada de uma série de eventos, tais como a ascensão da burguesia, a consolidação da economia capitalista e de um modo de vida centrado nas famílias, a partir de uma determinação de papéis baseados da dicotomia de gênero (marido e mulher) e de faixa etária (filhos e pais). Além disso, observam-se a reorganização da escola e do sistema de ensino, a decadência dos gêneros clássicos e afirmação de formas populares, desde o romance até o folhetim (ZILBERMAN, 1985).

A literatura infantil, durante muito tempo, ficou confinada a finalidades moralizantes e didatizantes, possuiu, no contexto da ascensão da família burguesa, papel fulcral na veiculação de valores ideológicos caros a essa sociedade (ZILBERMAN; MAGALHÃES, 1984; LAJOLO, 1993; ZILBERMAN, 2003; ZILBERMAN, 2009; GREGORIN FILHO, 2009). No Brasil, o notável enfraquecimento dessa premissa parece ter ocorrido com o chamado “boom” da literatura infantil e juvenil, na ditadura militar (1964-1985). Essa aparente contradição é explicada, segundo Machado (2011), por três motivos: “explosão criativa” em função de uma tradição deixada por Monteiro Lobato; a ausência de uma leitura literária, pelos militares, a seus filhos e netos, o que evidencia uma insciência relativa às produções do campo, e, por fim, conjetura-se a ausência de uma preocupação genuína com as crianças. A autora ainda pondera que, embora alguns escritores de literatura infantil e juvenil tivessem sido açoitados, exilados e presos, tais práticas “justificaram-se” pelas suas respectivas atuações profissionais enquanto advogados, jornalistas, professores, por exemplo, e não por causa de suas produções literárias (MACHADO, 2011).

A intensificação das discussões relativas à leitura na escola, à leitura literária se deu na virada da década de 1970 para a 1980. É dentro de um contexto de manifestações públicas avessas ao regime militar e favoráveis à redemocratização que se verifica um movimento amplo de pesquisadores de inúmeras áreas do conhecimento, dentre elas os cursos de Letras e Pedagogia, preocupados com os rumos da escola brasileira, com qualificação do professor e com a qualidade do ensino, que se mostravam alarmantes (ZILBERMAN, 2008). Mesmo após inúmeras conquistas na sociedade e na esfera educacional, mais de trinta anos depois, essas preocupações ainda estão aquecidas.

No limiar entre as áreas de Letras e Pedagogia, sem se desconectar dessas preocupações, este artigo versa sobre as implicações entre ações governamentais e educação literária, especificamente por meio da análise do Programa *Conta pra Mim*. Instituído pela portaria nº 421, de 23 de abril de 2020 (BRASIL, 2020a), esse programa consiste em uma ação da Política Nacional de Alfabetização (PNA), estabelecida pelo Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019 (BRASIL, 2019a). É a efetivação do disposto no art. 8º do referido decreto, uma vez que a implementação da PNA se dará por meio de programas, ações e instrumentos que englobam desde a organização curricular, produção de obras literárias, até a promoção de práticas de literacia familiar. O *Conta pra Mim* apregoa atender, também, à Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 (BRASIL, 2016), que dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância. Trata-se, enfim, de um programa que ambiciona “orientar, estimular e promover práticas de literacia familiar em todo o território nacional” (BRASIL, 2020a).

A considerar os aspectos apresentados e também a realidade atual, severamente marcada pelo agravamento das desigualdades, pelo recuo de uma frágil democracia e pela espoliação da classe trabalhadora (TAFFAREL e NEVES, 2019) este artigo, portanto, problematiza o tratamento dispensado à literatura infantil no *Conta pra Mim*, um braço da PNA. A partir da análise de documentos desse programa (BRASIL, 2019b; BRASIL, 2020), desvela como a atual perspectiva oficial para a alfabetização nega a oferta de literatura infantil e suprime o acúmulo de conhecimentos historicamente elaborados sobre alfabetização, sobre educação literária e sobre literatura infantil. Para tal intento, além das considerações iniciais e finais, este artigo dedica uma seção para discorrer sobre o contexto histórico e social da implementação do programa *Conta pra mim*, e privilegia as discussões que versam sobre as políticas neoliberais, o crescimento de um ultraconservadorismo no Brasil e suas implicações para a educação, sobretudo pela análise do movimento de educação domiciliar. Em seguida, faz uma breve discussão sobre a PNA e tece algumas questões que versam sobre a literatura infantil, a partir da reflexão de parte da coleção de livros do programa *Conta pra Mim*.

1 Neoliberalismo, ultraconservadorismo e política educacional

A compreensão mais acurada do programa *Conta pra Mim* exige uma breve contextualização. Na década de 1990, as transformações nas áreas culturais, tecnológicas vieram acompanhadas do acentuamento do ideário neoliberal nos âmbitos político e econômicos. Trata-se de um modelo assinalado por conjunto de ações que contemplam severos ajustes fiscais, ataques à democracia, privatização de empresas e serviços públicos. Tais características, muito em vigor no contexto atual, contribuem para a conservação da desigualdade (IBARRA, 2011). Essas práticas adentram o campo educacional com discursos nocivos sobre o fracasso da escola pública e sobre a inabilidade estatal na gestão de um bem comum. Paralelamente, advoga-se a favor de iniciativas privadas, bem como da condução da economia ao sabor das leis do mercado (SAVIANI, 2013). Nessa visão, só há crescimento econômico se este for auferido pelo lucro e pelo acúmulo de capital e não pela qualidade de vida população em geral (em especial da classe trabalhadora); são banidas dessa premissa todas as formas de satisfação de necessidades que não passam pelo viés mercadológico, assim como não se reconhecem os méritos dos serviços públicos, dentre os quais se incluem a educação. Assim, a educação pública ganha uma nova configuração, pois, em certa medida, fica refém das intervenções neoliberais, sobretudo daquelas vinculadas a organismos internacionais (DERRISSO; DUARTE, 2017).

Desde o golpe jurídico-midiático-parlamentar (GONÇALVES, 2020), a educação no Brasil tem sido alvo de uma cadência de ataques. Apenas como exemplo, pode-se citar a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, que impõe um teto para todos os gastos com políticas sociais e, na prática, durante 20 anos, restringe as despesas primárias do orçamento público de acordo com a variação inflacionária. Nesse bojo, arrola-se, ainda, o desprezo pela ciência, pelas artes e pelo saber elaborado, o revisionismo histórico acerca da ditadura militar, o controle ideológico da profissão docente, por meio do movimento da Escola sem Partido (FRIGOTTO, 2017), bem como a reforma trabalhista, que corroeu direitos e relações de trabalho, chancelando a precarização, a partir da permissão da terceirização de atividades primárias e da ampliação do número de trabalhadores informais e temporários, dos quais se incluem o magistério (EDITORIAL DA RETRATOS DA ESCOLA, 2020; RAMALHETE, 2020).

Como se vê, a política neoliberal contém um tipo de racionalidade que rege as mais irracionais formas de pensamento e de sociabilidade, tornando-se um terreno fecundo para a propagação do obscurantismo beligerante. Dessa visão mercantil e restrita da história humana, do conhecimento e dos mecanismos produtores de desenvolvimento deriva uma concepção de educação fragmentária, cativa à permanente adaptação de pessoas às mudanças impostas pelo mercado à cotidianidade dos indivíduos (DUARTE, 2018; DUARTE; MAZZEU; DUARTE, 2020).

Dentro desse contexto de “obscurantismo beligerante” (DUARTE, 2018; DUARTE, MAZZEU; DUARTE, 2020), ganha força o *homeschooling*, que, no Brasil, é conhecido também por “educação domiciliar”. Trata-se de um movimento organizado, a partir das orientações da Associação Nacional de Educação Domiciliar (Aned), criada em 2010, por iniciativa de um grupo de famílias insatisfeito “[...] com a educação que seus filhos estavam recebendo nas salas de aula”. (ANED, 2019, s/p). Convém salientar, mais do que uma associação, a defesa pela educação em casa tem ganhado espaço no Congresso Nacional. Em regime de urgência, encontra-se em tramitação o projeto de lei de 2401 de 2019, que dispõe sobre o exercício do direito à educação domiciliar, altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA) e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB).

Após os grandes avanços, decorrentes das grandes lutas pela universalização do acesso à educação Básica no Brasil desde a constituição de 1988, vislumbrados, justamente em marcos legais como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), é significativo o aumento de um movimento que busca a institucionalização de um direito, especificamente na oposição frontal a esses avanços; ou seja, na formação em ambiente doméstico e a conseqüente recusa à escola (PICOLI et al, 2020). A escola para todos é uma vitória recente e se constitui como um dos pilares da dignidade e da igualdade no Brasil. A regulamentação da prática de educação domiciliar, um claro retrocesso, pode contribuir para a cristalização das desigualdades sociais, fruto de um país de origem escravocrata e patrimonialista (WENDLER; FLACH, 2020). Trata-se de um ataque à universalização da educação. Como uma mônada, o ensino domiciliar reúne em si a representação de condições objetivas que regem a vida no cenário atual, marcada pela degradação da experiência e suas condições de comunicabilidade (VENTURA, 2020).

Araujo e Leite (2020) avaliam que o movimento da educação domiciliar assegura o fortalecimento de uma rede empresarial, mantida pela cooperação de diversas instâncias na atuação de plataformas que ofertam guias, manuais pedagógicos, cursos e certificações de custos elevados. Em outras palavras, há uma “rede” fincada em interesses conservadores de discursos mercantis, segregadores e contrários à docência e à escolarização (ARAUJO; LEITE, 2020). Para Cecchetti e Tedesco (2020), o ensino domiciliar está ligado a valores religiosos fundamentalistas. Ele tem apoio de partidos políticos, instituições e líderes religiosos, afinados ao movimento neoconservador que grassa em escala internacional. Na análise dos autores, a regulamentação do ensino domiciliar também colocará em xeque o direito público à Educação Básica, assegurado após décadas de luta coletiva em defesa de uma escola gratuita, igualitária, inclusiva, obrigatória e laica (CECCHETTI; TEDESCO, 2020).

O atual secretário de alfabetização do Ministério da Educação (MEC), Carlos Francisco de Paula Nadalim, sustenta, com contumácia, a proposta de institucionalização do ensino domiciliar. Mantém um blog, intitulado *Como educar seus filhos*, no qual publica “vídeos, entrevistas e artigos com dicas para os pais sobre educação infantil, especialmente no tocante à

alfabetização familiar”. Segundo informações desse blog, Nadalim garante ter ensinado, “pela internet, 1.630 pais e mães a alfabetizarem seus filhos em casa” (COMO EDUCAR SEUS FILHOS, 2020). Diante desse cenário, é preciso cautela na análise discursos e das políticas públicas que versam sobre a Educação Básica (PICOLI et al, 2020). Assim, vê-se com desconfiança o lançamento do programa *Conta pra Mim*, que tem como objetivo a ampla promoção da denominada “Literacia Familiar”. Afinal, “[...] alienar as crianças e os jovens em um mundo familiar em nome de um conservadorismo de normas e de valores competitivos e privatizados é um empobrecimento da alma e da possibilidade de abertura de um mundo socialmente mais justo” (CASANOVA e FERREIRA, 2020, p. 12).

2 Literatura Infantil e o Programa *Conta pra Mim*

O programa *Conta pra Mim* faz parte das ações da PNA. Implementada sem diálogo com as comunidades escolar, acadêmica e sociedade civil, infringindo, desse modo, o princípio constitucional do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas (MORTATTI, 2019a; 2019b), a PNA é uma política de governo, partícipe de uma agenda interna calcada em um ideário ultraconservador e neoliberal, que apresenta um simulacro de educação literária (RAMALHETE, 2020). Por ter uma visão restrita da alfabetização, esvazia sua dimensão crítica e faz coro a projetos de subordinação da Educação Básica aos interesses privados (GONTIJO; ANTUNES, 2019). Mais que um retrocesso, por diminuir a alfabetização a relação grafema-fonema, é uma violência simbólica a crianças e a docentes (MACEDO, 2019). Trata-se, enfim, de uma guinada (ideo)metodológica para trás e pela direita, uma grave ofensiva com efeitos desastrosos (MORTATTI, 2019a, 2019b).

O programa *Conta pra Mim* oferece um guia, intitulado *Conta pra Mim: guia de literacia familiar* (BRASIL, 2019b), que está estruturado da seguinte forma: na parte inicial, há, primeiramente, uma nota do ex-ministro da Educação, Abraham Bragança de V. Weintraub, amparado em certas justificativas dos campos da psicologia cognitiva, da pedagogia e da economia, na qual ele reitera a necessidade de valorização da primeira infância, entendida, consoante o documento, como a faixa etária que contempla dos 0 a 6 anos. Em seguida, o texto de apresentação, assinado pelo secretário Carlos Francisco de Paula Nadalim, contextualiza as ações do *Conta pra Mim*, dentro da PNA, assim como se reitera o objetivo do programa que é a literacia familiar. Por fim, registra-se um texto de Barbara H. Wasik, professora da Universidade da Carolina do Norte-EUA, em que se reitera a importância de práticas de literacia familiar.

Todo o documento fundamenta-se nesse conceito de Literacia Familiar, entendida como:

[...] conjunto de práticas e experiências relacionadas com a linguagem oral, a leitura e a escrita, que as crianças vivenciam com seus pais ou responsáveis. [...]

Literacia Familiar é se envolver na educação dos filhos, curtindo momentos especiais de afeto, carinho e diversão em família, brincando com livros e palavras (BRASIL, 2019b, p. 13)

O termo literacia familiar é uma adjetivação para a literacia, expressão aportuguesada de termo literacy e defendida na PNA. O uso desse termo no programa parece reduzir as práticas de leitura, oralidade e escrita às experiências do cotidiano. Além disso, vincado a uma ideia de ludicidade, brincadeira, despolitiza as práticas de leitura, apartando-as, destarte, de suas vertentes sociais, culturais, críticas, estéticas e políticas.

Em seguida, o documento versa sobre a “Interação Verbal”², dentro do contexto da literacia familiar. Trata-se de “[...] um conjunto de estratégias e de atitudes que visam aumentar a quantidade e a qualidade do diálogo entre adultos e crianças” (BRASIL, 2019b, p. 23). O guia reitera a importância de diálogos cotidianos e lista uma série de exemplos (verbos no imperativo) de como essa interação pode ocorrer. Essa espécie de lista de mandamentos pode ser encarada como um fingimento; afinal, em um Estado neoliberal sustentado por reformas, retiradas de direitos, jornadas exaustivas de trabalho, *uberização* da atividade laboral, precarização da classe trabalhadora³, pouquíssimos pais têm condições de se dedicarem, minimamente, à leitura com as crianças.

Outro eixo do *Conta pra mim* é a “Leitura Dialogada”, listada como um momento de interação entre perguntas e respostas, um “bate-papo”, uma “[...] conversa entre adultos e crianças antes, durante e depois da leitura em voz alta” (BRASIL, 2019b, p. 35). A “Narração de Histórias” é compreendida como “[...] a boa e velha arte de contar histórias em voz alta, que permite [...] a transmissão de valores importantes para a vida, [...] dá asas à imaginação e [...] favorece o desenvolvimento de habilidades relacionadas à compreensão oral (BRASIL, 2019b, p. 52). A seção de “Contatos com a Escrita”, por sua vez, distingue as práticas de exposição à escrita das práticas de escrita. A primeira visa a expor as crianças ao contato com os mais diversos materiais escritos; a segunda objetiva incentivar as crianças a exercitarem a escrita.

O tópico de “Atividades Diversas” contempla a sugestão de jogos, brincadeiras, passeios em família, atividades artísticas e esportivas. Salienta-se que, no caso das atividades artísticas, não há qualquer menção à literatura. O item “Motivação” destaca a importância da motivação, dos elogios dos pais/responsáveis para as crianças. Há uma série de orientações, das quais contemplam: “Esteja atento para não fazer cobranças irrealistas, que gerem ansiedade nas crianças. Não peça mais do que a criança pode dar naquele momento. Todas as práticas de Literacia Familiar devem ser agradáveis, sem pressão por resultados” (BRASIL, 2019b, p. 64). Essa orientação, embora aparentemente ingênua, carrega uma lógica nefasta, reforçadora do cotidiano. Desse modo, é preciso salientar, em movimento oposto à alienação advindo da cultura de massas, a luta por uma educação que permita o salto, a ampliação dos horizontes culturais das crianças (GALVÃO, 2011).

Também há uma seção dedicada à abordagem do termo “Evidências Científicas”, em

² Evidentemente, o termo “interação verbal” no programa *Conta pra Mim* não coincide com conceito de interação verbal defendido pelo Círculo de Bakhtin. Na análise dos pensadores russos, precursores de uma concepção discursiva da linguagem, a interação verbal (ou interação discursiva) constitui-se na realidade fundamental da língua. Essa realidade não se reduz a um sistema abstrato de formas linguísticas nem no enunciado monológico isolado, tampouco o ato psicofisiológico de sua realização, mas no acontecimento social da interação discursiva que ocorre por meio de um ou vários enunciados (VOLÓCHINOV, 2017).

³ O programa *Conta pra Mim* investiu em publicidade e sua propaganda tem sido constantemente veiculada em emissora de TV aberta. Nessa propaganda, aparece uma mãe que lê para sua filha, enquanto costura. Cumpre salientar que, embora sutil, tal imagem reflete a exata medida da precarização do trabalho em um Estado neoliberal e ultraconservador: a visão de uma mulher adstrita ao ambiente doméstico e que, sorrindo, realiza multitarefas. Esse vídeo pode ser visto em: <<https://www.youtube.com/watch?v=OHw6OBRNgL8>>.

que são listados estudos estrangeiros que chancelam a proposta de literacia familiar. Como o *Conta Pra Mim* é uma ação da PNA, vale ressaltar as críticas já direcionadas a essa política educacional. Afinal, a insistência do termo “evidências” cheira verniz. Ou seja, a forma recorrente aparenta confiança e credibilidade. Contudo, mostra uma postura excludente, ao indicar que as várias evidências de anos de estudos da comunidade acadêmica brasileira não são consideradas na PNA (FRADE, 2019). Logo, essa repetição nega o diálogo com a fortuna crítica que tem sido produzida no Brasil, sobre a alfabetização com base nas próprias políticas do Ministério da Educação das últimas décadas (MICARELLO, 2019).

Por fim, registram-se as referências, cuja listagem de obras é exclusivamente estrangeira, expondo uma postura subserviente e colonizada (MORTATTI, 2019a; 2019b). Além disso, cumpre salientar que o problema principal não repousa no alicerce em referenciais estrangeiros em si, mas a qual demanda, concepção de sociedade, intencionalidade e filiação teórica esses referenciais estão submissos. O Estado, como agente regulador de políticas públicas, sustenta um interesse particular, ao se desviar, por exemplo, de todo um percurso de trabalho e crítica acumulado por pesquisas nacionais acerca da alfabetização (RAMALHETE, 2020) e, agora, de leitura, de leitura literária, de educação literária, de literatura infantil, dentre outros.

O guia, em suas 72 páginas sobre leitura, interação, contação de histórias, omite a termo literatura: mais especificamente, de literatura infantil. Além desse documento (BRASIL, 2019b), o Programa *Conta Pra Mim* oferece os seguintes materiais: a) uma série de vídeos publicados em plataforma de compartilhamento de vídeos, em que são encontradas mais orientações sobre o programa, direcionadas a pais e responsáveis; b) coleções de vídeos com cantigas populares e com fábulas, respectivamente cantadas e narradas pelo músico, cantor e compositor Antonio Pecci Filho, o Toquinho, disponíveis também em plataforma de compartilhamento de vídeos; c) narração de histórias infantis e contos de fadas disponibilizados em plataformas para ouvir música; d) marcadores de páginas, bem como e) livros infantis; esses últimos podem ser baixados ou impressos diretamente do site do programa (BRASIL, 2020b). Dado aos objetivos deste trabalho, os esforços concentram-se na observância na coleção de livros do *Conta pra Mim*.

Tanto no guia (BRASIL, 2019b), como na portaria que instituiu o programa (BRASIL, 2020a), é reforçado que o programa é direcionado sobretudo a famílias mais pobres. Um exemplo pode ser constatado em: “Não é preciso ter muito estudo, materiais caros nem morar em uma casa toda equipada e espaçosa para praticar a Literacia Familiar. As práticas de Literacia Familiar são acessíveis a todos! Bastam duas coisas: você e seu filho!” (BRASIL, 2019b, p. 13). Tal assertiva merece uma ponderação, afinal, é sabido que o acesso a todos é uma falácia, quando contrastado à realidade brasileira, atravessada pela desigualdade, pelo descaso governamental, pelo racismo estrutural, pela violência. Essa desigualdade é mencionada pelo programa *Conta pra Mim*, inclusive: “Estudos conduzidos nos Estados Unidos da América evidenciaram que, entre as famílias pobres e as famílias de classe média alta, há um abismo tanto na qualidade quanto na quantidade das interações verbais entre pais e filhos (BRASIL, 2019b, 15). Além disso, é preciso ter internet para acesso ao conteúdo do programa. Desse modo, além dessa incongruência, convém lembrar de mais uma vertente da desigualdade social, difundida às escâncaras com a pandemia de Covid-19, que é o acesso efetivo à internet em território nacional. Cerca de 46 milhões de brasileiros não têm acesso à internet, ausência justificada, sobretudo, pelo preço do serviço e dos aparelhos eletrônicos (CETIC, 2019). Desse modo, o par “você e seu filho” não são suficientes.

A implementação da PNA, no 8º artigo, inciso XI prevê o “[...] incentivo à produção e à edição de livros de literatura para diferentes níveis de literacia” (BRASIL, 2019b, p. 45). Nesses

termos, o *Conta pra Mim* oferece uma coleção de livros para literacia familiar, dividida em categorias, quais sejam: a) “Livros de ficção: contos de fada, fábulas e contos tradicionais brasileiros” que totalizam 25 obras e representam a maioria dos gêneros disponibilizados; b) “Livros de poesia: poemas, cantigas, trava-línguas, quadrinhas e parlendas”, são disponibilizadas um total de 6 obras, com os seguintes títulos: *Cantigas*, *O Pássaro Cativo*, *Parlendas*, *Quadrinhas*, *Trava-Línguas*, *Voz Dos Animais*; c) “Livros somente com imagens: histórias que podem ser contadas a partir da observação das imagens”; são arroladas 3 obras: *O Susto*, *Grande Espetáculo* e *O Vento*; d) “Livros para bebês: imagens e palavras representando nomes, qualidades e ações”; são 3 produções, intituladas: *Atividades do Dia a Dia*, *Bichos*, *Coisas e Lugares*, *Comparar as Coisas*; e) “Livros informativos: informações sobre o mundo”, com a disponibilização de 3 títulos: *Cobras*, *Micróbios* e *Água* (BRASIL, 2020b).

O material do programa *Conta pra Mim* possui um mascote: um urso de capuz azul, animal que não é encontrado na fauna do Brasil. Todas as 40 obras, independentemente da categoria, possuem uma versão colorida e uma versão em preto e branco com a marcação “para colorir”. Ramos e Nunes (2013, p. 261) advertem que “O ponto de vista que o ilustrador apresenta ao leitor já demonstra o nível de valor artístico e, por consequência, da experiência estética que o leitor terá a oportunidade de vivenciar”. As ilustrações do *Conta pra Mim* são extremamente superficiais, não representam a heterogeneidade da população brasileira; quando há a representação de negros e índios, por exemplo, registram-se personagens com fenótipo de pessoas brancas, pintadas na cor marrom. Convém ressaltar, nesse sentido, que tais fatores denotam não apenas o sequestro da experiência estética, mas a inobservância acerca de um dos papéis da ilustração que é a “[...] renovação e consolidação da literatura destinada a jovens e crianças como experiência estética e não como instrumento pragmático de aprendizagem” (ANDRADE, 2013, p. 7).

Todas as produções possuem um total de 16 páginas. Tal restrição pode ser explicada por cerceamento contido em edital e/ou pela necessidade de se elaborar materiais mais baratos, menos complexos e mais fáceis de serem armazenados em dispositivos eletrônicos ou impressos. Essas obras foram editadas por Marismar Borém e produzidas sob a supervisão técnica do secretário de alfabetização do MEC, Carlos Francisco de Paula Nadalim, discípulo de Olavo de Carvalho, ideólogo da extrema direita (MARTINS, NEVES e AMARO, 2020). A autoria é de Ricardo Moreira Figueiredo Filho (desconhecido na área da literatura infantil), que assina a maior parte das obras, e Rosana Mont’Alverne, advogada, escritora, editora e ex-presidente da Câmara Mineira do Livro (REIS, 2016). Não há qualquer menção e/ou crédito às obras progressas reconhecidas no mundo inteiro, como, por exemplo, a contos publicados pelos irmãos Grimm.

Todos os livros possuem as seguintes informações da ficha catalográfica: “Publicado em 2020 pelo Ministério da Educação (MEC) em cooperação com a Editora Cora e com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), no âmbito do Projeto 914BRZ1074 - 914BRZ1074.3 sob o contrato ED00217/2020”. Trata-se de uma informação que indicia a permanência de organismos internacionais nas decisões sobre as políticas públicas brasileiras (STIEG, 2014; LOOSE, 2016; GONTIJO, 2014; DERRISSO, DUARTE, 2017; DIAS, 2019; ENDLICH, 2019).

A editora Cora, mencionada no excerto supracitado, é sediada em Belo Horizonte e dedica-se a publicar “Livros que ensinem coisas boas para as famílias e que levem bons exemplos para a infância. Por isso selecionamos livros com histórias construtivas, alegres, sadias, com estímulos positivos que despertam o pensar e o sentir de nossas crianças.” (EDITORA CORA,

[201-], s/p), o que já demonstra certa afinidade com a proposta do programa. Ainda assim, questiona-se: o que seriam essas “coisas boas”? Quais seriam os “bons exemplos” para a infância?

Ressalta-se que a referida empresa está registrada sob o nome “Fonohosp Serviços de Medicina e Fonoaudiologia Clínicos e Hospitalares LTDA”, com natureza jurídica de “Sociedade Empresária Limitada”. Ela é de propriedade de Marismar Cristina Medeiros Borem e Ivan Jose Veiga Borges. Suas atividades de negócio são heterogêneas e contemplam, segundo o registro, desde a atividades de profissionais da área de saúde a edição e comércio varejista de livros⁴.

Em função dos limites impostos pela natureza desta pesquisa, escolheu-se para o diálogo os livros que tivessem maior representatividade numérica. Os livros de ficção, que representam mais de 60% do total dos livros disponibilizados, possuem os seguintes títulos: *A cegonha e a raposa*, *A lenda da vitória-régia*, *A luz azul*, *A princesa e a ervilha*, *A água da vida*, *Branca de Neve*, *Chapeuzinho Vermelho*, *Cinderela*, *Curupira*, *João e Maria*, *João e o pé de feijão*, *João Magrelo*, *João-de-Barro*, *O alfaiate valente*, *O corvo e o jarro*, *O flautista de Hamelin*, *O gato de botas*, *O jovem gigante*, *O patinho feio*, *O pobre e o rico*, *O pássaro encantado*, *O rei e a flauta*, *Os músicos de Bremen*, *Os três porquinhos* e *Rapunzel*.

A coleção de livros do Programa *Conta pra Mim* parece nutrir uma postura antidemocrática, pois é rechaçada do programa a fortuna teórica e crítica de estudos historicamente direcionados à produção de obras que versam sobre as políticas públicas para leitura, sobre a literatura infantil e juvenil. De igual modo, o Brasil possui inúmeros autores, cuja produção literária é de reconhecida qualidade estética e nenhuma obra desses profissionais figuram o acervo dessa política educacional, como foi feito, por exemplo, no Pnaic (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa), política educacional encerrada em 2018. Tais medidas são afins a uma política de desmonte do debate público: em 2019, o MEC aboliu do Conselho Consultivo do Plano Nacional do Livro e Leitura (BRASIL, 2019c), alterando o Decreto nº 7.559/2011, que dispõe sobre o PNLL-Plano Nacional do Livro e Leitura (BRASIL, 2011). Em outras palavras, o planejamento de estratégias, de forma conjunta e democrática, para o incentivo à leitura no país, por ora, está extinta.

As obras apresentadas, em geral, são versões muito empobrecidas, simplificadas, rasteiras, insossas, monótonas de contos de fadas e lendas folclóricas. Maculam as versões “originais” dos contos de fadas; a título de ilustração, notam-se dois tropeços. Na história de *Branca de Neve* omite-se o beijo: um dos anões que carregavam o caixão da princesa tropeçou e, por causa da inclinação do caixão, o pedaço da maçã caiu da boca de Branca de Neve. Ao despertar do sono e ser contextualizada do ocorrido, ela é enviada ao castelo e se casa com príncipe. Já no caso de *Chapeuzinho Vermelho*, o desfecho do lobo é justificado por um tropeço e posterior queda no rio (FIGUEIREDO FILHO, 2020a; 2020b);

No livro *João Magrelo*, conta-se a história de Letícia, uma princesa que teve seu sorriso leiloado. Seu pai ofereceu aos rapazes do reino moedas de ouro a quem a fizesse sorrir. Apenas um rapaz, o João Magrelo, que era mágico, conseguiu tal façanha. A princesa, por sua vez, casou-se com João, contra a vontade do rei. Anos depois, a princesa fica triste e, novamente, tem seu sorriso rifado, agora pelo marido. A única pessoa que conseguiu tal façanha foi o próprio pai de Letícia, ao encontrar a filha com discurso arrependido pela desaprovação do casório. Ao se deparar com a filha, o rei declara: “Eu saí andando e avistei este belo palácio. Foi

⁴ Os dados podem ser encontrados por meio de uma consulta de CNPJ, conforme disponível em: <<http://cnpj.info/Fonohosp-Servicos-de-Medicina-e-Fonoaudiologia-Clinicos-e-Hospitalares-Ltda-Editora-Cora>>.

Deus que me trouxe até aqui para pedir perdão a vocês” (EQUIPE DA SECRETARIA DE ALFABETIZAÇÃO, 2020, p. 13). Como se vê, além do livro sugerir que a felicidade de uma mulher seja objeto de barganha e deva estar vinculada necessariamente a um homem (no caso, pai e marido), enfatiza um tom messiânico, avesso aos princípios elementares de um Estado laico. Esse afã teocrático é acentuado no livro *O Pobre e o Rico*, que narra a história de um Deus humanizado, que, vestido de andarilho, vive à procura de abrigo e de caridade (FIGUEIREDO FILHO, 2020c).

A vida organizada pelo capital tende a sabotar o nosso processo de humanização, negando as contradições, e dissolvendo-as em fragmentações de uma sociedade objetificada, na qual a vida e as relações humanas se resumem à superficialidade e ao mundo administrado (CORRÊA et al, 2019). As obras do programa contribuem com essa perspectiva formativa fraturada e superficial, pois exaltam, em geral, a figura da monarquia, o poder do acaso e da magia na resolução de problemas. Disponibilizam lendas populares ausentes de conflitos, desconectadas de suas relações com o território brasileiro. Repetem um contínuo “felizes para sempre”, desprezando a mobilidade da história e um pensamento mais consistente e objetivo sobre a realidade. Endossam práticas falocêntricas, sexistas, nutrem uma visão estereotipada de mulher, vincada à fragilidade, à submissão, à subserviência, à subalternidade e à espera de um príncipe salvador. No caso do livro *O alfaiate valente*, há a celebração de prática medieval: “E, já conformado, o rei cumpriu com sua palavra, celebrando o casamento e entregando as terras como dote – prêmio mais que merecido para o intrépido rapaz que matava sete com um golpe só” (FIGUEIREDO FILHO, 2020d, p. 14).

A coleção como um todo preserva um furor moralizante, controlador, aprisionador, pois, conforme o guia, “[...] as histórias infantis tendem a transmitir uma mensagem positiva, apresentando o valor das virtudes, dando conselhos ou ensinando regras de boa conduta” (BRASIL, 2019b, p. 20). Tal afirmação pode ser vislumbrada, por exemplo, em: “Joãozinho e Luizinho abraçaram Zezinho, que lhes ensinou uma importante lição: – É preciso sempre obedecer aos conselhos da mamãe” (BORÉM, 2020, p. 14). Assim, os livros ofertados pelo programa *Conta pra Mim* abreviam os clássicos e as lendas da cultura brasileira; separam o que deve e não deve ser acessível às crianças, desrespeitando a historicidade e a complexidade inerente às noções de infância e de literatura. Trata-se de um processo imenso de simplificação, baseado em uma concepção leitura endereçada às crianças subserviente à reprodução de normas de conduta e valores caros a uma perspectiva de mundo ultraconservadora, antidemocrática e desigual. Por fim, desconsideram-se os aspectos simbólicos, alegóricos, bem como a elaboração de questões que estão para além da imediatividade pedagógica ou moral (DALVI, 2019).

Diante do exposto, o programa *Conta pra Mim* externa um aspecto nocivo, censório, precário de leitura, de alfabetização, de literatura infantil; apregoa uma concepção de criança como um ser que precisa ser constantemente controlado; usa o texto para finalidades utilitaristas, imediatistas, que não contribuem com transformação da sociedade, mas com a sua reprodução; despreza a importância do contato da criança com o universo da fabulação proporcionado também pela literatura infantil; priva, enfim, as crianças do acesso à arte, do acesso a sua própria cultura: embota o processo humanizador e atropela as possibilidades transformadoras vivenciadas a partir da experiência estética (DALVI, 2019). Por sua defesa da educação domiciliar, vislumbrada na insistência do termo “literacia familiar”, essa política pública visa a domesticar crianças, rechaça propositalmente a importância da escola e do trabalho docente no papel de transmissão e mediação do saber historicamente elaborado (SAVIANI, 2011; 2012), confina as práticas de leitura para as crianças ao que há de mais supérfluo e cotidiano.

Paralelamente, esse programa presta um enorme serviço ao processo corrosivo já levado a cabo pela PNA: suprime conjunto de conhecimentos historicamente elaborados sobre as práticas de leitura literária, de educação literária, de arte, literatura infantil; recusa a ofertar textos literários de reconhecida qualidade estética. Por esses motivos, o programa institucionaliza a usurpação do “direito à literatura” (CANDIDO, 1995) e segue a cartilha de políticas neoliberais, uma vez que “Em sociedades nas quais é negado ao povo o direito à alimentação, saúde, terra e moradia, a literatura também é interdita ao povo, que seria o destinatário principal dela” (CORRÊA et al, 2019, p. 34). Esse processo resulta, então, na impossibilidade de reproduzir em cada ser humano singular a humanidade genérica, o esvaziamento de um campo de conhecimentos, procedimentos e atitudes humanas historicamente transmitidos e, enfim, a destruição de qualquer possibilidade democrática (SAVIANI, 2011; DALVI, 2019).

A literatura, por ser arte, não possui finalidade prática. Ela não reproduz a camada mais imediata da vida, nem se fixa na superfície dos fenômenos da vida cotidiana. A literatura é força humanizadora que nos oferece a possibilidade de entrar em contato com as profundas contradições inerentes aos seres humanos, pouco perceptíveis na vida cotidiana. Tais contradições precisam ser encaradas, rumo ao nosso processo de emancipação (CORRÊA et al, 2019). A literatura infantil, nesse bojo, ainda que seu lastro histórico esteja ligado simultaneamente às intencionalidades artística e educativa, é linguagem específica e, como toda linguagem, expressa determinada experiência humana. Sendo arte, é fenômeno de criatividade que representa o mundo, o homem, a vida, por meio do trabalho com a palavra (COELHO, 2000).

Os documentos do *Conta pra Mim*, uma política que apregoa a leitura para crianças na primeira infância, não faz menção ao termo literatura infantil. À marcha ré, oferece propostas e textos adstritos a fins moralizantes, doutrinadores, próprios de uma política supostamente asséptica, mas afim aos pressupostos de uma racionalidade instrumentalizada, tal como registra o passado da literatura infantil. Nessa política propositalmente direcionada para a privação do acesso à arte desde à primeira infância, são oferecidos o controle, a rigidez e a estereotipia: armas de um projeto de governo, compartilhado com parte considerável da sociedade, que não ambiciona encerrar-se em 2022.

As reflexões apresentadas neste artigo não anulam o papel da família na formação das crianças. Não rechaçam a função de pais/responsáveis na educação e no cuidado com elas. De igual modo, não invalidam a importância da leitura em ambiente familiar. Porém, é preciso reiterar que convivência social e a educação literária desaguam também no contexto da educação escolar, locus que se sustenta não pelo afastamento e enclausuramento das famílias, mas, ao contrário, se ampara também na pluralidade e no acolhimento delas e no diálogo com suas respectivas demandas.

Considerações finais

[...] Então ele empurrou a porta e foi entrando, porque, como eu contei, ele era muito mal educado e ia entrando na casa dos outros mesmo sem convite.

Ruth Rocha, O reizinho mandão

Este artigo problematizou o tratamento dispensado à literatura infantil no *Conta pra mim*, instituído pelo governo federal em 2020. Em seu percurso, a partir da análise de documentos desse programa, revelou como a atual perspectiva oficial para a alfabetização nega a oferta de literatura infantil e suprime o conjunto de conhecimentos historicamente elaborados sobre alfabetização, sobre educação literária e sobre literatura infantil. Discutiu como a defesa da educação familiar, em um contexto de crescimento de políticas neoliberais e de um ultraconservadorismo, relativiza o direito à Educação Básica. Trata-se de uma política pública que corrói, esmorece e minimiza o papel da escola na mediação e atribui às famílias a responsabilidade por um determinado tipo de leitura. Concede munção a movimentos como o *homeschooling* – educação domiciliar – que rechaçam a relevância histórico-cultural da escola e da mediação docente.

Em geral, a coleção de livros, além de ratificar um ideário de gênero feminino superficial, frágil e dependente, enfatiza os princípios de obediência, de subordinação, embalados em contos de fadas, cantigas, trava-línguas, organizados de modo rasteiro, pueril e fragmentário. Atende a uma lógica ultraconservadora, que usa os textos com finalidade pragmática de manual de uma suposta “boa” conduta; retrocede pelo menos até o início do século XX, momento em que se começou a delinear a literatura infantil brasileira. Nessa toada, as famílias parecem ser concebidas como uma espécie de fantoche, meras reprodutoras de materiais e de discursos governamentais. Elas terão em mãos, se conseguirem adquirir virtualmente, ao se descarregar o material da internet, aquilo que o governo dispõe: um arquetipo de vida dócil, servil, submissa, não questionadora.

Diante do exposto, a negação institucionalizada do saber elaborado, no qual a literatura, com sua complexidade e plurissignificação se insere, é a negação do contato com um patrimônio de mais alto grau de elaboração humana (FERREIRA; DUARTE, 2010). Saviani (2011) assevera que, sem os conteúdos relevantes e significativos, a aprendizagem se esboroa, torna-se uma farsa. Para o autor, a única forma de lutar contra esse tipo de farsa é priorizar os conteúdos, uma vez que o domínio da cultura é imperativo à participação política das massas: “Se os membros das camadas populares não dominam os conteúdos culturais, eles não podem fazer valer os seus interesses, porque ficam desarmados contra os dominadores [...]. Então, dominar o que os dominantes dominam é condição de libertação” (SAVIANI, 2011, p. 55).

Se por meio da literatura é possível desenvolver nas pessoas sua maior parcela de humanização e, paralela e contraditoriamente, compreender o que há de mais desumano na história (CANDIDO, 1995; FERREIRA; DUARTE, 2010), não custa apontar certas semelhanças. A conduta neoliberal do *Conta pra Mim*, nos padrões da literacia familiar, ao afastar a responsabilidade estatal de se investir em educação, na formação de professores, e depositar nos ombros dos mais pobres essa responsabilidade (INSFRAN et al, 2020), constitui-se em um notório desrespeito à escola, à literatura infantil, ao trabalho educativo, à classe trabalhadora e ao uso do dinheiro público. Essa política educacional segue o exemplo do reizinho mandão, personagem da obra de Ruth Rocha, um tirano mandatário de ideias absurdas, que entra nas casas das pessoas a empurrões.

O esforço da obra infantil para transformar-se em arte pode apartá-la tanto do viés pedagógico, quanto da banalização da existência e do estilo. Afinal, ao separar-se da vulgarização, da produção de ideias prontas, ela incorpora qualidade poética, o que atua como exemplo para as demais criações voltadas às crianças (ZILBERMAN, 2003). É “[...] importante desmistificar a política educacional e humanizar seu funcionamento [...] olhar quem são os grupos e as pessoas cujas decisões terão consequências para professores, famílias e alunos”

(AVELAR, 2019, p. 74). Afinal, é o Estado quem, oficial e majoritariamente, regula, normatiza, autoriza e induz ações de leitura em âmbito nacional. Por isso, a luta contra o retrocesso deve primar, além do respeito a esse esforço delineado por Zilberman (2003), a defesa da educação pública de qualidade. E pela contínua vigilância às portas.

Referências

ANDRADE, J. P. Z. O papel da ilustração no livro-ilustrado: uma discussão sobre autonomia da imagem. *Anais do SILEL*. Volume 3, Número 1. Uberlândia: EDUFU, 2013. Disponível em: <http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/wp-content/uploads/2014/04/silel2013_759.pdf>. Acesso em: 19 set. 2020.

ANED. *Breve histórico*. 2019. Disponível em: <<https://www.aned.org.br/historico-completo>>. Acesso em: 9 set. 2020.

AVELAR, M. O público, o privado e a despolitização nas políticas educacionais. In: CÁSSIO, F. (ed.). *Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*. Boitempo Editorial, 2019.

BORÉM, M. *Os três porquinhos*. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização - Sealf. Brasília, DF: MEC/Sealf, 2020a. Disponível em: <http://alfabetizacao.mec.gov.br/images/conta-pra-mim/livros/versao_digital/os_3_porquinhos_versao_digital.pdf>. Acesso em: 21 set 2020.

BRASIL. Decreto nº 7559, de 01 de setembro de 2011. Dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL e dá outras providências. 2011. Brasília, DF, 05 set. 2011. 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7559.htm>. Acesso em: 24 jul. 2019.

BRASIL. *Lei nº 13.257 de 8 de março de 2016*. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13257.htm>. Acesso em: 7 ago. 2020.

BRASIL. *Decreto Nº 9.765, de 11 de abril de 2019*. Institui a Política Nacional de Alfabetização. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. 2019a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9765.htm>. Acesso em: 3 ago. 2019a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. *Conta pra Mim: guia de literacia familiar*. - Brasília: MEC, SEALF, 2019b.

BRASIL. Decreto nº 9930, de 23 de julho de 2019. Altera o Decreto nº 7.559, de 1º de setembro de 2011, que dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura. *Decreto Nº 9.930, de 23 de Julho de 2019*. Brasília, DF, 24 jul. 2019. 2019c. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9930.htm>. Acesso em: 24 jul. 2019.

BRASIL. *Portaria 421 de 23 de abril de 2020*. Institui o Conta pra Mim, programa de literacia familiar do Governo Federal. Brasília: Ministério da Educação. 2020a. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-421-de-23-de-abril-de-2020-253758595>>. Acesso em: 3 jul 2020.

BRASIL. Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação. Ministério da Educação. *Conta pra Mim*. 2020b. Disponível em: <http://alfabetizacao.mec.gov.br/contapramim>. Acesso em: 02 jul. 2020b.

CANDIDO, A. O direito à literatura. In: _____. *Vários Escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

CASANOVA, L. V; FERREIRA, V. S. Os discursos da Associação Nacional de Educação Domiciliar do Brasil. *Práxis Educativa*, v. 15, pp. 1-17, 2020.

CECCHETTI, E; TEDESCO, A. L. Educação Básica em “xeque”: Homeschooling e fundamentalismo religioso em tempos de neoconservadorismo. *Práxis Educativa*, v. 15, pp. 1-17, 2020.

CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO (CETIC). *TIC Domicílios – 2019*. Disponível em: <<https://cetic.br/pt/pesquisa/domicilios/indicadores/>>. Acesso em 17 set. 2020.

CNPJ INFO. *Fonohosp Servicos de Medicina e Fonoaudiologia Clinicos e Hospitalares LTDA | Editora Cora*. 2020. Disponível em: <http://cnpj.info/Fonohosp-Servicos-de-Medicina-e-Fonoaudiologia-Clinicos-e-Hospitalares-Ltda-Editora-Cora>. Acesso em: 18 set. 2020.

COELHO, N. N. *Literatura infantil: teoria, análise, didática*. São Paulo: Moderna, 2000.

COMO EDUCAR SEUS FILHOS. *Carlos Nadalim*. 2020. Disponível em: <<http://comoeducarseusfilhos.com.br/blog/author/carlos-nadalim/>>. Acesso em 20 set 2020.

CORRÊA, A. L. dos R. et al. Literatura e vida social. In: CORRÊA, A. L. dos R.; HESS, B. H.; ROSA, D. dos S. (orgs.). *Caderno de literatura: um percurso de formação em literatura na educação do campo*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

DALVI, M. A. Literatura infantil e democracia. In: GALVÃO, A. C.; Z Aidan, J. C. S. de M.; SALGUEIRO, W. (orgs.). *Foi golpe! O Brasil de 2016 em análise*. Campinas: Pontes Editores, 2019.

DE ARAÚJO, S. S.; LEITE, M. C. L. A defesa pela “liberdade de escolha” fortalecendo uma rede empresarial: o homeschooling brasileiro. *Práxis Educativa*, v. 15, pp. 1-20, 2020.

DERISSO, J. L.; DUARTE, R. de C. Crítica ao ideário neoliberal na educação: precarização e descaracterização da escola pública paulista. *Revista HISTEDBR On-line*, v. 17, n. 4, pp. 1169-1185, 2017.

DIAS, F. P. de O. *O projeto principal de educação para a América Latina e o Caribe (1980-2000) e a alfabetização de crianças*. 2019. 287 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

DUARTE, N. O currículo em tempos de obscurantismo beligerante. *Revista Espaço do Currículo*, v. 11, n. 2, pp. 139-145, 2018.

DUARTE, N.; MAZZEU, F. J. C.; DUARTE, E. C. M. O senso comum neoliberal obscurantista e seus impactos na educação brasileira. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, v. 24, n. esp1, pp. 715-736, 2020.

EDITORA CORA. *A Editora*. [202-]. Disponível em: <<https://www.coraeditora.com/>>. Acesso em: 18 set. 2020.

EQUIPE DA SECRETARIA DE ALFABETIZAÇÃO. João Magrelo. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização - Sealf. Brasília, DF: MEC/Sealf, 2020. Disponível em: <http://alfabetizacao.mec.gov.br/images/conta-pra-mim/livros/versao_digital/miolo_joao_magrelo.pdf>. Acesso em: 21 set 2020.

FERREIRA, N. B. de P.; DUARTE, N. Literatura e educação: uma análise marxista. *Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais*, n. 13, 2010.

FIGUEIREDO FILHO, R. M. *Branca de Neve*. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização - Sealf. Brasília, DF: MEC/Sealf, 2020a. Disponível em: <http://alfabetizacao.mec.gov.br/images/conta-pra-mim/livros/versao_digital/branca_de_neve_versao_digital.pdf>. Acesso em: 21 set 2020.

FIGUEIREDO FILHO, R. M. *Chapeuzinho Vermelho*. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização - Sealf. Brasília, DF: MEC/Sealf, 2020b. Disponível em: <http://alfabetizacao.mec.gov.br/images/conta-pra-mim/livros/versao_digital/chapeuzinho_vermelho_versao_digital.pdf>. Acesso em: 21 set 2020.

FIGUEIREDO FILHO, R. M. *O Alfaiate valente*. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização - Sealf. Brasília, DF: MEC/Sealf, 2020c. Disponível em: <http://alfabetizacao.mec.gov.br/images/conta-pra-mim/livros/versao_digital/o_alfaiate_valente_versao_digital.pdf>. Acesso em: 21 set 2020.

FIGUEIREDO FILHO, R. M. *O pobre e o rico*. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização - Sealf. Brasília, DF: MEC/Sealf, 2020c. Disponível em: <http://alfabetizacao.mec.gov.br/images/conta-pra-mim/livros/versao_digital/o_pobre_e_o_rico_versao_digital.pdf>. Acesso em: 21 set 2020.

FRADE, I. C. A. da S. Um paradigma científico e evidências a ele relacionadas resolveriam os problemas da alfabetização brasileira? *Revista Brasileira de Alfabetização*, n. 10, 2019.

FRIGOTTO, G. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: *Escola "sem" partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

GALVÃO, A. C. *A prática pedagógica histórico-crítica na educação infantil e ensino fundamental*. Campinas: Autores Associados, 2011.

GONÇALVES, E. C. *Jornalismo como antifilosofia e a formação de indivíduos potencialmente fascistas na sociedade excitada: um estudo dos comentários sobre o golpe de 2016 em veja e carta capital*. 2020. 174 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

GONTIJO, C. M. M. *Alfabetização: políticas mundiais e movimentos nacionais*. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

GONTIJO, C. M. M.; ANTUNES, J. S. C. Diálogos com o Plano Nacional de Alfabetização (2019): contrapalavras. *Revista Brasileira de Alfabetização*, n. 10, 2019.

- IBARRA, D. O neoliberalismo na América Latina. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 31, n. 2, pp. 238-248, 2011.
- INSFRAN, F. et al. Militarização da educação pública no Brasil: a derrocada da empatia? *Revista Saúde & Ciência Online*, v. 9, n. 1, pp. 5-23, 2020.
- LAJOLO, M. *Do mundo da leitura para a leitura do mundo*. São Paulo: Ática, 1993.
- LOOSE, C. *Apropriações de concepções de leitura do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic)*. 2016. 184 f. Dissertação (Mestrado) -Curso de Programa de Pós-graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.
- MACEDO, M. do S. A. N. Por uma alfabetização transformadora. *Revista Brasileira de Alfabetização*, n. 10, 2019.
- MACHADO, A. M. *Silenciosa algazarra: reflexões sobre livros e práticas de leitura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- MAGALHÃES, L. C. *O que é literatura infantil*. São Paulo: Brasiliense, 2010.
- MARTINS, R. M.; NEVES, R.; AMARO, B. No mundo do balão mágico: o discípulo de Olavo de Carvalho que vai decidir o conteúdo dos livros didáticos para crianças de 6 e 7 anos. 2020. *The Intercept* Disponível em: <<https://theintercept.com/2020/02/10/discipulo-olavo-livros-didaticos-alfabetizacao/>>. Acesso em 30 jun 2020.
- MICARELLO, H. *Alfabetização e evidências*. *Revista Brasileira de Alfabetização*, n. 10, 2019.
- MORTATTI, M. do R. L. Brasil, 2091: Notas sobre a “política nacional de alfabetização”. *Olhares: Revista do Departamento de Educação da Unifesp*, v. 7, n. 3, pp. 17-51, 2019a.
- MORTATTI, M. do R. L. A “Política Nacional de Alfabetização” (Brasil, 2019): uma “guinada” (ideo) metodológica para trás e pela direita. *Revista Brasileira de Alfabetização*, v. 1, n. 10, 2019b.
- PICOLI, B. A. et al. Apresentação Dossiê: Homeschooling: controvérsias e perspectivas. *Práxis Educativa*, v. 15, pp. 1-6, 2020.
- RAMALHETE, Mariana Passos. A diretriz de educação literária na Política Nacional de Alfabetização: contrapontos. *Revista Práxis Educativa*, v. 15, n. 1, 2020.
- RAMOS, F. B.; NUNES, M. F. Efeitos da ilustração do livro de literatura infantil no processo de leitura. *Educar em Revista*, n. 48, pp. 251-263, 2013.
- REIS, L. Presidente da Câmara Mineira do Livro defende a valorização da autoria. *Hoje em Dia*. 2016. Disponível em: <<https://www.hojeemdia.com.br/almanaque/literatura/presidente-da-c%CA2mara-mineira-do-livro-defende-a-valoriza%C3%A7%C3%A3o-da-autoria-1.375327/rosana-mont-alverne-1.375328>>. Acesso em 22 set. 2020.
- REVISTA RETRATOS DA ESCOLA. *Editorial Retratos da Escola: compromisso com a educação pública*. Brasília, v. 13, n. 25, pp. 7-10, jan./mai. 2019. Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/993/852>>. Acesso em 15 fev 2020.
- ROCHA, R. *O reizinho mandão*. Ilustrações de Walter Ono. 27 ed. São Paulo: Salamandra, 2013.
- SAVIANI, D. *História das ideias pedagógicas*. 4 ed. Campinas: Autores Associados, 2013.
- SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica: Primeiras aproximações*. 11 ed. São Paulo, Autores Associados, 2011.

SAVIANI, D. *Escola e democracia*. 42 ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

STIEG, V. *A alfabetização no contexto do discurso do letramento: propostas e práticas*. São Carlos, SP: Pedro & João, 2014.

TAFFAREL, C. N. Z.; NEVES, M. L. C. Tendências da Educação Frente à Correlação de Forças na Luta de Classes: uma análise do governo Bolsonaro na perspectiva educacional. *Estudos IAT*, v. 4, n. 2, pp. 310-329, 2019.

VENTURA, L. Homeschooling ou a educação sitiada no intèrieur: notas a partir de Walter Benjamin. *Práxis Educativa*, v. 15, pp. 1-18, 2020.

WENDLER, J. M.; FLACH, S. de F. et al. Reflexões sobre a proposta de Educação Domiciliar no Brasil: o Projeto de Lei Nº 2401/2019. *Práxis Educativa*, v. 15, pp. 1-13, 2020.

ZILBERMAN, R. *A literatura infantil na escola*. 11 ed. revista, atualizada e ampliada. Rio de Janeiro: Global, 2003.

ZILBERMAN, R. *Como e por que ler a Literatura Infantil Brasileira*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

ZILBERMAN, R. Introduzindo a literatura infanto-juvenil. *Perspectiva*, v. 2, n. 4, pp. 98-102, 1985.

ZILBERMAN, R. O papel da literatura na escola. *Via Atlântica*, n. 14, pp. 11-22, 2008.

ZILBERMAN, R.; MAGALHÃES, L. C. *Literatura infantil: autoritarismo e emancipação*. 2 ed. São Paulo: ática, 1984.

Recebido em: 10/10/2020

Aceito em: 15/11/2020